



## Município ARARIPINA

## **Aspectos Históricos**

Desmembrado do município de Ouricuri

Data de criação: 11/09/1928 Lei Estadual nº 1.931

Data de instalação: 01/01/1929

Data cívica (aniversário da cidade): 11/09

Na segunda metade do século XIX o visconde de Parnaíba, rico senhor que residia na cidade de Oeiras (então capital do Piauí), era o proprietário da Fazenda São Gonçalo, que ficava nas terras de Ouricuri. Mais ou menos em 1860 o visconde vendeu a fazenda ao paraibano Manoel Félix Monteiro, casado com d. Teutônia Teixeira Leite. Em 1877 o proprietário da fazenda já era o cearense Daniel Rodrigues Nogueira, primeiro morador do sítio onde se formou o povoado de São Gonçalo, cujo início se deve ao padre Ibiapina, famoso missionário natural do Ceará, que construiu a capela em 1871. Ao lado de Daniel Nogueira outras pessoas fixaram residência no povoado, ou nas proximidades, contribuindo para a sua expansão.

O distrito de São Gonçalo foi criado por Lei Municipal de 1º de julho de 1893, como quarto distrito de Ouricuri, município que foi constituído nessa mesma data, adquirindo autonomia legislativa, com base na Constituição Estadual e no artigo 2º das disposições gerais da Lei Estadual nº 52 (Lei Orgânica dos Municípios), de 03 de agosto de 1892, promulgada durante o governo de Alexandre José Barbosa Lima. Na época o povoado de São Gonçalo contava com cerca de dez casas e a capelinha da padroeira, Nossa Senhora da Conceição. A Lei Estadual nº 991, de 1º de julho de 1909, elevou o distrito à categoria de vila e sede distrital, com a mesma denominação, ainda integrando o município de Ouricuri. Um dos moradores do local, nessa época, era Boaventura Praxedes de Alencar, cearense residente no sítio Sauhen, onde erigiu uma igrejinha dedicada à Senhora Santana. Por muito tempo ele exerceu o cargo de Comissário de Polícia, para repressão aos inúmeros bandidos que havia na região.

Na "Divisão Administrativa" de 1911, São Gonçalo figura como distrito de Ouricuri. Em 1922 o bispo de Pesqueira, D. José Lopes, criou a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de São Gonçalo do Sauhen, que ficou sob a responsabilidade do vigário de Ouricuri. No dia 14 de junho de 1923 chegou o primeiro vigário residente, padre Luiz Gonzaga Karhle, proveniente de Floresta do Navio. A partir de então começou uma nova era para São Gonçalo, surgindo a primeira escola estadual e vários outros melhoramentos. A igrejinha construída pelo padre Ibiapina foi reformada, o cemitério contíguo a essa igreja foi fechado e construído outro.

Em 1928 começou a luta pela emancipação do distrito, o que veio a acontecer através da Lei Estadual nº 1.931, de 11 de setembro de 1928. Essa lei criou o município, formado pelos distritos de São Gonçalo e Morais (desmembrados de Ouricuri), e elevou a sua sede à categoria de cidade. O novo município foi instalado no dia 1º de janeiro de 1929.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, publicada no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", bem como nas divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, e no anexo ao Decreto-lei Estadual nº 92, de 31 de março de 1938, o município compõe-se de dois distritos: São Gonçalo e Morais. Pelo Decreto-lei Estadual nº 235, de 09 de dezembro de 1938, São Gonçalo adquiriu mais um distrito, o de Olho d'Água, desmembrado de Ouricuri. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943 o município aparece com três distritos: São Gonçalo, Morais e Olho d'Água. Em decorrência do Decreto-lei Estadual nº 503, de 19 de junho de 1940, foram modificadas as divisas entre os distritos de São Gonçalo e Morais.

A comarca de São Gonçalo foi criada pelo Decreto nº 629, de 17 de junho de 1941, desmembrada da comarca de Ouricuri. O primeiro juiz que atuou na mesma foi Antônio Joaquim Pereira de Oliveira. Atualmente é classificada como comarca de 2ª entrância. O Decreto-lei Estadual nº 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial em vigor no quinquênio 1944-1948, mudou a denominação do município de São Gonçalo, que passou a chamar-se Araripina, e do distrito de Olho d'Água, que passou a Nascente.

O topônimo Araripina deve-se provavelmente à proximidade com a grande Chapada do Araripe, a poucos quilômetros de distância. Quanto à origem da denominação Araripe, existem várias versões. Para alguns, pode ser decomposto em *ara*, *ar* (nascer, surgir) + *y* (água) + *pe* (posposição equivalente a "em" ou "na"); significando, portanto, "no nascer dos rios", o mesmo que "serra das nascentes ou das cabeceiras". Outra versão: Araripe, em guarani, vem de *ara* (céu, horizonte) + *ari* (sobre, em cima) + *pe* (em, a, para), significando "sobre o mundo", "chapada de montanha", "lugar de onde se avista o horizonte".

A Lei Municipal nº 399, de 16 de fevereiro de 1957, criou o distrito de Trindade, com território formado por partes dos distritos de Morais e Nascente (ex-Olho d'Água). Mas só foi instalado após ser elevado à categoria de cidade, sede do município de mesmo nome, criado pela Lei Estadual nº 4.957, de 20 de dezembro de 1963, desmembrado de Araripina.

Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960 o município é constituído de três distritos: Araripina, Morais e Nascente. Em 1963 foram criados mais dois distritos: Lagoa do Barro (Lei Estadual nº 684, do dia 12 de fevereiro) e Rancharia (Lei Estadual nº 687, do dia 16 do mesmo mês). Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1963 o município aparece com cinco distritos: Araripina, Lagoa do Barro, Morais, Nascente e Rancharia.

A Lei Municipal nº 1.239, de 19 de outubro de 1968, criou o distrito de Gergelim. Em divisão territorial datada de 1º de janeiro de 1979 o município aparece com seis distritos: Araripina, Gergelim, Lagoa do Barro, Morais, Nascente e Rancharia. Em divisão territorial datada de 1988 o município é constituído de cinco distritos: Araripina, Lagoa do Barro, Morais, Nascente e Rancharia, não mais figurando o distrito de Gergelim, que não fora instalado, sendo seu território anexado ao distrito-sede de Araripina.

Em divisão territorial de 2003 o município aparece com cinco distritos: Araripina, Bom Jardim de Araripe (ex-Rancharia), Lagoa do Barro, Morais e Nascente. A Lei Municipal nº 2, de 15 de outubro de 2005, criou novamente o distrito de Gergelim. Administrativamente, o município é formado por sete distritos: Araripina, Bom Jardim do Araripe, Gergelim, Lagoa do Barro, Morais, Nascente e Serrânia (este último, criado pela Lei nº 2.461, do dia 27 de setembro de 2007).

## Fontes

Agência CONDEPE/FIDEM. Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios de Pernambuco. Recife: CEHM, 2006. v. 3 ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 18. FONSECA, Homero. Pernambucânia: o que há nos nomes das nossas cidades. Recife: CEPE, 2009. GALVÃO, Sebastião de V. Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco. Recife: CEPE, 2006. v. 1 PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. História das Comarcas Pernambucanas. 2ª Ed. Recife, 2010. http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/araripina.pdf